

	ANÁLISE	NÚMERO E ORIGEM:
		182/2013-GCRM
		DATA: 22/2/2013
CONSELHEIRO RELATOR		
ROBERTO PINTO MARTINS		

## 1. ASSUNTO

Solicitação formulada pela empresa IDL NET LTDA - ME, CNPJ/MF n.º 09.198.703/0001-40, referente à autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), de interesse coletivo, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação o território nacional.

## 2. REFERÊNCIAS

- 2.1. Matéria para Apreciação do Conselho Diretor n.º 124/2013-PVSTA/PVST/SPV, de 14/2/2013;
- 2.2. Informe n.º 198/2013-PVSTA/PVST/SPV, de 14/2/2013;
- 2.3. Minutas de Ato e Extrato; e
- 2.4. Processo n.º 53500.030102/2012

## 3. RELATÓRIO

### 3.1. DOS FATOS

- 3.1.1. Em 29/11/2012, a empresa IDL NET LTDA - ME, CNPJ/MF n.º 09.198.703/0001-40, doravante denominada Requerente, protocolou na Anatel solicitação para exploração do SCM, de interesse coletivo, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação o território nacional.
- 3.1.2. Constatada a não conformidade da documentação apresentada com os requisitos normativos, a Superintendência de Serviços Privados (SPV) solicitou a sua complementação.
- 3.1.3. Mediante o Informe n.º 198/2013-PVSTA/PVST/SPV, de 14/2/2013, a SPV examinou a documentação em tela e concluiu pelo deferimento do pleito, uma vez que a Requerente cumpriu as condições objetivas e subjetivas exigidas pela regulamentação e legislação em vigor.
- 3.1.4. Em 14/2/2013, por meio da Matéria para Apreciação do Conselho Diretor (MACD) n.º 124/2013/PVSTA/PVST/SPV, por intermédio da Superintendente Executiva (SUE), encaminhou os autos do processo a este Colegiado.
- 3.1.5. Em 21/2/2013, por meio da Comunicação de Tramitação n.º 23215, os autos do processo foram remetidos a este Gabinete para fins de relato da MACD em referência ao Conselho Diretor.
- 3.1.6. São os fatos.

## 3.2 DA ANÁLISE

- 3.2.1 Cuida a presente Análise de apreciação de requerimento apresentado por empresa interessada em explorar o SCM, de interesse coletivo, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação o território nacional.
- 3.2.2 Conforme exposto no relatório, o Informe da SPV, acima mencionado, concluiu que a Requerente atende às condições objetivas e subjetivas exigidas pela regulamentação.
- 3.2.3 De acordo com o registro feito na MACD n.º 124/2013/PVSTA/PVST/SPV, de 14/2/2013, os autos do processo não foram encaminhados à Procuradoria Federal Especializada da Anatel (PFE), em virtude das alterações no Regimento Interno da Anatel (RI), introduzidas por meio da Resolução n.º 489, de 05/12/2007, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 10/12/2007.
- 3.2.4 Após análise da documentação constante dos autos do processo, especialmente o Informe instrutório que descreve, de forma sucinta, as características do projeto apresentado pela Requerente, é possível concluir que ele é viável tecnicamente e compatível com as normas aplicáveis, materializando-se, assim, as condições objetivas necessárias para a obtenção de autorização, dispostas no art. 132 da Lei n.º 9.472, de 16/07/1997, a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), *in verbis*:

Art. 132. São condições objetivas para obtenção de autorização de serviço:

I - disponibilidade de radiofrequência necessária, no caso de serviços que a utilizem;

II - apresentação de projeto viável tecnicamente e compatível com as normas aplicáveis.

- 3.2.5 Por sua vez, também se mostram atendidas as condições subjetivas para a obtenção de autorização de serviço de interesse coletivo, previstas no art. 133 da LGT, abaixo transcrito. Senão vejamos.

Art. 133. São condições subjetivas para obtenção de autorização de serviço de interesse coletivo pela empresa:

I - estar constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no País;

II - não estar proibida de licitar ou contratar com o Poder Público, não ter sido declarada inidônea ou não ter sido punida, nos dois anos anteriores, com a decretação da caducidade de concessão, permissão ou autorização de serviço de telecomunicações, ou da caducidade de direito de uso de radiofrequência;

III - dispor de qualificação técnica para bem prestar o serviço, capacidade econômico-financeira, regularidade fiscal e estar em situação regular com a Seguridade Social;

IV - não ser, na mesma região, localidade ou área, encarregada de prestar a mesma modalidade de serviço.

- 3.2.6 Os documentos anexados aos autos comprovam ser a Requerente empresa constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no País, atendendo ao disposto no Decreto n.º 2.617, de 05/06/1998, que dispõe sobre a composição do capital de empresas prestadoras de serviços de telecomunicações.
- 3.2.7 Não há registros em nome da Requerente que indiquem proibição de licitar ou de contratar com o Poder Público, declaração de inidoneidade ou decretação de caducidade nos últimos dois anos. Do mesmo modo, a Requerente não está registrada no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (CADIN) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), bem como não há registro de débito para com o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) e Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), e nem responde a nenhum processo administrativo junto à Anatel.
- 3.2.8 O Informe elaborado pela SPV atesta, também, que a Requerente atendeu às exigências específicas dispostas no Regulamento do SCM, aprovado pela Resolução n.º 272, de 9/8/2001, bem como as exigências definidas na legislação e na regulamentação aplicáveis quanto à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira e parte da regularidade fiscal. E, ainda, registra que a Requerente, quando da assinatura do ato, será instada a apresentar todas as certidões comprobatórias de sua regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas, a Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 3.2.9 Por fim, a Requerente apresentou declaração de que não é, na mesma região, localidade ou área, autorizada a prestar a mesma modalidade de serviço.
- 3.2.10 Devo destacar ainda a vedação constante do art. 5º da Lei n.º 12.485, de 12/09/2011:

Art. 5º. O controle ou a titularidade de participação superior a 50% (cinquenta por cento) do capital total e votante de empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo não poderá ser detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e por produtoras e programadoras com sede no Brasil, ficando vedado a estas explorar diretamente aqueles serviços.

§ 1º O controle ou a titularidade de participação superior a 30% (trinta por cento) do capital total e votante de concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e de produtoras e programadoras com sede no Brasil não poderá ser detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, ficando vedado a estas explorar diretamente aqueles serviços.

- .....
- 3.2.11 Observa-se que a Requerente também atende ao requisito em comento, tendo em vista a Declaração por ela juntada à fl. 34 dos autos.
- 3.2.12 Outrossim, diante da ausência de exclusividade na exploração do serviço, nos termos do parágrafo único do art. 10 do Regulamento do SCM que dispõe que “... não haverá limite ao número de autorizações para a exploração do SCM”, conclui-se ser desnecessária a

instauração de procedimento licitatório para a expedição da outorga objeto do requerimento em apreço.

3.2.13 Desse modo, considerando que a área técnica, por intermédio do Informe n.º 198/2013-PVSTA/PVST/SPV, de 14/2/2013, atesta o atendimento, pela Requerente, das condições regulamentares e legais exigidas para a exploração de SCM, proponho a aprovação da expedição da autorização ora pleiteada.

#### **4. CONCLUSÃO**

À vista do exposto, pelas razões e justificativas constantes da presente Análise, proponho:

- a) aprovar a solicitação da empresa IDL NET LTDA - ME, CNPJ/MF n.º 09.198.703/0001-40, referente à exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, na forma da minuta de Ato proposta pela Superintendência de Serviços Privados; e
- b) condicionar a expedição do Ato de Autorização à apresentação pela IDL NET LTDA - ME, CNPJ/MF n.º 09.198.703/0001-40 de todas as certidões comprobatórias de sua regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, devidamente válidas, assim como perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

É como considero.

#### **ASSINATURA DO CONSELHEIRO RELATOR**

ROBERTO PINTO MARTINS